



PEDAGOGIRA
SABERES DE TERREIRO®

A REVOLTA DOS MALÊS (1835)

Salvador | Bahia | Século XIX



Aviso de Direitos Autorais e Uso Ético

Este material faz parte do curso Pedagogira – Saberes de Terreiro e está protegido pela Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/98). Todos os conteúdos aqui disponibilizados incluindo textos, imagens, conceitos, métodos, construções teóricas, bem como referências históricas, culturais e espirituais, são de autoria e propriedade intelectual exclusiva do autor(a) e não podem ser reproduzidos, distribuídos, compartilhados, comercializados ou utilizados, total ou parcialmente, sem autorização expressa e por escrito.

O conteúdo deste curso tem caráter formativo e educativo, sendo resultado de pesquisa, vivência e construção de saberes tradicionais de matriz africana, indígena e afro-brasileira. Seu uso requer responsabilidade, respeito e ética, preservando a integridade dos conhecimentos ancestrais aqui transmitidos. Qualquer tentativa de deturpação, apropriação indevida, plágio ou exploração comercial não autorizada constitui violação legal e espiritual.

Ao acessar este material, você concorda em utilizá-lo exclusivamente para fins de estudo pessoal e aprendizado, respeitando sua origem e a comunidade de saberes que o sustenta.

Axé e responsabilidade sempre.

Curso desenvolvido por André Luiz Moro (Pai Deco), sacerdote e pesquisador das tradições afro-brasileiras.

Pedagogira – Saberes de Terreiro é um projeto de formação voltado à valorização, preservação e transmissão dos conhecimentos de matriz africana, indígena e afro-brasileira.

A Revolta dos Malês (1835) <i>Contexto histórico, lideranças e significados</i>	4
Os malês e sua organização social	5
Motivações da revolta	5
Planejamento e lideranças	6

A Revolta dos Malês (1835)

Contexto histórico, lideranças e significados

A Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador na madrugada de 24 para 25 de janeiro de 1835, constitui um dos mais importantes episódios de resistência escrava e de mobilização política de africanos no Brasil imperial.

Diferentemente de outras rebeliões escravas marcadas por explosões espontâneas de violência ou por lideranças pontuais, o levante dos malês apresentou elevado grau de organização, planejamento prévio, articulação ideológica e coesão cultural, o que a torna um acontecimento singular na história social brasileira.

O termo “malê” deriva da palavra iorubá *imàlè*, utilizada para designar os muçulmanos. Em Salvador do início do século XIX, essa designação passou a identificar, de modo genérico, africanos islamizados, sobretudo de origem nagô-iorubá e hausa, ainda que também incluísse indivíduos de outros grupos étnicos da África Ocidental.

Esses africanos mantinham práticas religiosas, formas de sociabilidade próprias, redes de solidariedade e um sistema de valores fortemente ancorado no Islã.

Salvador no início do século XIX

No período da Revolta dos Malês, Salvador era uma das maiores e mais populosas cidades do Brasil. Antiga capital do Vice-Reino, a cidade concentrava intensa atividade comercial, forte presença militar e um expressivo contingente de africanos escravizados e libertos.

Estima-se que, nas primeiras décadas do século XIX, mais de 40% da população da cidade fosse composta por africanos, em sua maioria recém-chegados do tráfico transatlântico.

A Bahia recebia grandes levas de africanos provenientes da região do Golfo do Benim e do interior da África Ocidental, especialmente iorubás (nagôs), haussás, tapas (nupe), baribas e fulas.

Muitos desses grupos haviam passado por processos de islamização em seus territórios de origem, em decorrência das jihads e dos reinos islâmicos que se expandiram na região entre os séculos XVIII e XIX.

Esses africanos trouxeram consigo não apenas conhecimentos técnicos e habilidades de trabalho urbano e rural, mas também sistemas religiosos estruturados, alfabetização em árabe, noções de organização comunitária e uma memória histórica de conflitos políticos e religiosos vividos na África.

Os malês e sua organização social

Os malês formavam uma comunidade relativamente coesa dentro da população africana de Salvador. Muitos eram libertos, artesãos, carregadores, pequenos comerciantes ou trabalhadores urbanos que conseguiam circular com relativa autonomia.

Outros eram escravizados de ganho, autorizados a trabalhar nas ruas mediante o pagamento de uma quantia diária a seus senhores.

Essa circulação facilitava o contato entre indivíduos de diferentes bairros e permitia a formação de redes clandestinas de comunicação. As casas de libertos, os espaços de oração e os encontros noturnos tornaram-se pontos estratégicos para a troca de informações, a leitura de textos religiosos e a articulação política.

Um elemento central dessa organização era a alfabetização em árabe. Muitos malês sabiam ler e escrever, o que lhes permitia registrar mensagens, redigir amuletos com versos do Alcorão e manter correspondência sigilosa.

Documentos escritos em árabe encontrados pelas autoridades após a revolta demonstram que havia um sistema de comunicação relativamente sofisticado entre os envolvidos.

Motivações da revolta

As causas da Revolta dos Malês foram múltiplas e complexas. Em primeiro lugar, havia o descontentamento profundo com a escravidão, os castigos físicos, a humilhação cotidiana e a ausência de perspectivas de liberdade para grande parte da população africana.

Somava-se a isso a repressão religiosa. Embora o Brasil imperial não proibisse formalmente o Islã, práticas religiosas africanas eram frequentemente vigiadas, perseguidas ou ridicularizadas pelas autoridades e pela população branca. Reuniões noturnas de africanos despertavam suspeitas constantes.

Outro fator relevante foi a memória das guerras e revoluções na África Ocidental. Muitos dos malês haviam participado ou testemunhado conflitos entre reinos, jihads islâmicas e processos de captura em massa que os levaram ao cativeiro. Essas experiências alimentavam uma consciência política e militar que não era comum em outras populações escravizadas.

Por fim, havia a influência direta dos valores islâmicos, que enfatizavam disciplina, solidariedade comunitária, justiça e, em muitos casos, a rejeição moral à escravidão de muçulmanos por não muçulmanos.

Para muitos líderes malês, a escravidão vivida no Brasil era vista como ilegítima e contrária à ordem divina.

Planejamento e lideranças

A revolta foi cuidadosamente planejada para ocorrer durante a noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, coincidindo com a celebração católica de Nossa Senhora da Guia. A escolha da data não foi aleatória: esperava-se que parte da população branca estivesse envolvida em festividades, o que reduziria a vigilância.

Entre os principais líderes estavam:

Ahuna – africano liberto, considerado um dos principais articuladores do movimento.

Pacífico Licutá – muçulmano alfabetizado em árabe, responsável por comunicações e mobilização.

Said – apontado como estrategista militar da revolta.

Manuel Calafate – envolvido na obtenção de recursos, armas e logística.

Havia ainda diversos outros participantes que atuavam como mensageiros, financiadores e organizadores locais.

Os revoltosos planejavam tomar pontos estratégicos da cidade, libertar africanos encarcerados, atacar quartéis e, em versões mais ambiciosas do plano, estabelecer um governo dirigido por africanos muçulmanos.

O desenrolar da revolta

O movimento, no entanto, foi parcialmente descoberto antes da hora marcada. Informantes alertaram as autoridades sobre reuniões suspeitas e sobre a circulação de africanos armados.

Na madrugada do dia 25 de janeiro, cerca de 600 africanos teriam se mobilizado em diferentes pontos da cidade. Confrontos ocorreram em bairros como Água de Meninos, Barroquinha e Cabrito.

As forças policiais e militares reagiram rapidamente. Houve combates violentos, perseguições pelas ruas e prisões em massa. Muitos revoltosos foram mortos no local, outros capturados.

Estima-se que aproximadamente 70 africanos tenham sido mortos e dezenas tenham ficado feridos. Mais de 500 pessoas foram presas sob suspeita de envolvimento.

Repressão e punições

Após a derrota do movimento, as autoridades imperiais desencadearam uma repressão severa. Os julgamentos foram rápidos e exemplares.

Alguns líderes foram condenados à morte por fuzilamento ou enforcamento. Outros receberam penas de prisão, açoites públicos ou deportação para a África.

As casas de africanos libertos foram revistadas, textos em árabe confiscados e reuniões noturnas proibidas.

A repressão também se voltou contra manifestações culturais africanas em geral, reforçando políticas de vigilância e controle da população negra em Salvador.

Significado histórico

A Revolta dos Malês ocupa um lugar central na história da resistência negra no Brasil. Ela demonstrou que os africanos escravizados e libertos não eram passivos diante da opressão, mas agentes políticos capazes de articular projetos próprios de transformação social.

O levante revelou ainda a importância da religião islâmica como elemento de coesão identitária e mobilização política entre africanos no Brasil.

Do ponto de vista do Estado imperial, a revolta reforçou o medo de insurreições negras organizadas e contribuiu para o endurecimento das políticas de controle social.

A Revolta dos Malês não foi apenas um episódio de violência urbana ou uma tentativa frustrada de sublevação. Ela foi a expressão de uma consciência política africana transplantada para o contexto brasileiro, alimentada por memórias de guerras, tradições religiosas e experiências concretas de injustiça.

Estudar esse episódio é fundamental para compreender a complexidade da escravidão no Brasil, as formas de resistência negra e a presença histórica do Islã no país.

Preservar a memória da Revolta dos Malês é reconhecer que a história do Brasil foi construída também por africanos que lutaram, planejaram, sonharam e morreram por liberdade.

Referências bibliográficas

- REIS, João José.** *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- REIS, João José.** Islamismo e resistência escrava no Brasil. *Revista Afro-Ásia*, Salvador, n. 17, p. 57–74, 1996.
- VERGER, Pierre Fatumbi.** *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos*. 2. ed. Salvador: Corrupio, 1987.
- SCHWARTZ, Stuart B.** *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.
- GOMES, Flávio dos Santos.** *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LOVEJOY, Paul E.** *Jihad in West Africa during the Age of Revolutions*. Athens: Ohio University Press, 2016.